

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 31 DE MARÇO DE 2008**-----

-----Aos trinta e um dias do mês de Março do ano de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala das reuniões do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Administrativa, Maria João André Escrevente, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Joana Baptista Vidinha, Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha e José Carlos da Silva.-

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião. -----

-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No período antes da ordem do dia usou da palavra a Senhora Vereadora Manuela Cunha que perguntou se não era hoje o último dia do prazo para apresentação das contas da ALDESC, se o era mais uma vez não se cumpre o estabelecido na lei.-----

-----A mesma Autarca requer informação sobre o concurso para Veterinário Municipal, e solicita ainda que lhe seja entregue informação do Senhor Arquitecto Sampaio, relativa ao Plano de Pormenor do Canto do Jardim, informação essa dada em reunião de Câmara de vinte e um de Janeiro passado, cujo teor não ficou registado em acta. Pede ainda explicação de quais as medidas tomadas pela Autarquia, em relação ao roubo de gasolina nos carros que se encontravam estacionados no estaleiro da Autarquia, sito na Zona Industrial.-----

-----

----- Às quinze horas e quinze minutos entrou o Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que entregou um requerimento sobre os movimentos do pessoal da ALDESC, e gostaria de ter informação sobre o mesmo. Relativamente às contas da Empresa acima indicada pergunta porque não se cumpriu o prazo estabelecido. Quanto ao acidente ocorrido na Rua Dr. Guilherme Nunes Godinho com a Padre Eduardo Rodrigues da Silva, em Fazendas de Almeirim, pergunta quais as medidas que a Câmara pretende adoptar para aquele local, dado que o mesmo é foco de constantes acidentes. Em relação aos cheiros e despejos de excrementos para o Vale Rainha, provenientes de uma suinicultura existente naquela localidade, pergunta o que pensa a Câmara fazer em relação a este assunto.--

-----  
----- O Senhor Vereador Francisco Maurício declarou que não gostou de ouvir as declarações do Senhor Veterinário Municipal relativamente à suinicultura. O mesmo autarca referiu que continua à espera de resposta ao seu requerimento apresentado a dezanove de Março. Informou que a dezassete de Março do corrente ano foi ouvido pela Polícia Judiciária e que entre outras acusações lhe é imputado o crime de peculato. O Autarca apresentou o requerimento que a seguir se transcreve: "Requerimento número quatro/dois mil e oito - Para: Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, Comunicado em dezanove de Março de dois mil e oito; Assunto Cópia do ofício nº GAP trinta e dois/dois mil e sete de vinte e seis de Novembro de dois mil e sete; - Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim;-

----- Francisco Manuel Maurício do Rosário, Vereador em exercício de funções no executivo municipal, de acordo com o estipulado na alínea s) do número um, do artigo sessenta e oito da Lei cinco-A de dois mil e dois de um de Novembro, que alterou a Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove de dezoito de Setembro, e as exigências de vinculação, no exercício das suas funções e competências, ao cumprimento previsto no artigo quarto da Lei vinte e nove de oitenta e sete de trinta de Junho, nomeadamente:

'a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:-----

-----i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;-----

-----ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;-----

-----b) Em matéria de prossecução do interesse público:-----

-----i) Salvar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia;"-----

-----**Assim, solicito, com carácter de urgência, cópia do ofício número GAP trinta e dois de dois mil e sete de vinte e seis de Novembro de dois mil e sete.**" -----

-----O Senhor Presidente esclareceu quanto às contas da ALDESC a data de apresentação de contas é realmente fim de Março mas a distribuição para apreciação e aprovação pelo Executivo é o mês de Abril. Não percebo a fobia das data que ainda não estão ultrapassadas.-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----CONVITE - Foi presente o ofício da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim convidando o Executivo a estar presente numa iniciativa dividida em várias vertentes, e que tem por objectivo aproximar Pais, Filhos e Escola. A iniciativa terá lugar no próximo dia cinco de Abril, pelas catorze horas e trinta minutos.-----

----- A Câmara tomou conhecimento, e foram entregues cópias do convite a todos os Autarcas.-----

-----ALMOÇO - Foi presente o fax da Associação de Futebol de Santarém, solicitando a oferta de almoço para os jovens que irão estar presentes no encontro de Escolinhas em Almeirim, que terá

lugar no próximo dia doze de Abril, no Estádio D. Manuel de Melo e que irá contar com a presença de quatrocentos participantes com idades compreendidas entre os cinco e os sete anos. A refeição será composta de sopa, esparguete com carne picada, fruta e água.-----

----- A Câmara deliberou conceder a refeição solicitada.-----

----- TRANSFERÊNCIAS - A Câmara deliberou conceder as transferências de: seiscentos euros à Associação Desportiva Fazendense, para aquisição de galhardetes para a secção de futsal; e mil e quinhentos euros à Associação do Rancho Folclórico de Paço dos Negros, para a tradicional festa de aniversário, que terá lugar nos próximos dias três, quatro e cinco de Julho.-----

----- PEDIDO DE AJUDA - A Câmara tomou conhecimento do ofício enviado pela Associação Portuguesa de Solidariedade Mãos Unidas P. Damião, solicitando apoio para combate à tuberculose multi-resistente que está a avançar no Distrito de Santarém. -----

----- TRÂNSITO - Sob proposta do Senhor Vice Presidente a Câmara deliberou colocar a seguinte sinalização de trânsito: Antiga EN cento e catorze, a seguir à rotunda junto ao Feira Nova; Proibido ultrapassar antes do entroncamento com a Estrada do Marquês. Deverá ser colocada sinalização vertical e horizontal de forma a garantir esta proibição no sentido Almeirim/Raposa.-----

-----COMPRA DE HABITAÇÃO - Foi presente o requerimento de Jorge Veiga Dias, na qualidade de mandatário de Júlia Vinagre Galão, Ana Maria Galão Duarte e João Galão Duarte do seguinte teor:" Pelo prazo de setenta anos, foi cedido a António Duarte Isabelinha - respectivamente, marido e pai da mencionados Júlia Galão, Ana Duarte e João Duarte, o direito de superfície pelo prazo de setenta anos, prorrogáveis por iguais períodos de

tempo, sobre um lote de terreno para construção urbana, sito no Pupo, freguesia e concelho de Almeirim, com a área de duzentos e quarenta e oito vírgula doze metros quadrados, a confrontar do norte, nascente e poente com terrenos vagos municipais e do sul com o prolongamento da Rua Joaquim Colaço Cardoso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Almeirim, sob o número 6619/Almeirim, - inscrito na matriz respectiva sob o artigo 4493. -----

----- O marido e pais dos requerentes, António Duarte Isabelinha, faleceu em quatro de Junho de dois mil e seis.-----

----- Pretendem agora os requerentes adquirir a propriedade do mencionado prédio, onde já se encontra edificada uma casa de rés do chão, para habitação, que foi construída pelo falecido; -----

----- Nestes termos vêm requerer a V. Ex<sup>a</sup>, se digne informar se aceita este Município vender o dito prédio, e, em caso afirmativo qual o preço aceite para que se possa outorgar tal negócio."-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se as vivendas são da Câmara, e refere que só concorda com a venda caso exista uma viúva ou algum descendente directo a viver na casa do Senhor.-----

----- A Câmara deliberou não ver inconveniente na venda, desde que a mesma seja realizada ao cônjuge sobrevivente ou descendente sem habitação a viver na referida moradia.-----

----- PEDIDO DE APOIO - Foi presente a comunicação interna do Gabinete de Acção Social, informando que Ilda de Matos Alves foi operada a uma hérnia discal e não está a trabalhar porque se encontra com alguns problemas a nível do pé esquerdo. Tem como fonte de rendimento o vencimento de quinhentos e vinte euros e noventa e um cêntimos, do seu marido, ao qual tem que retirar cento e setenta e três euros para empréstimo da habitação, ficando apenas com trezentos e cinquenta euros para as restantes despesas diárias. Foi recomendada a prática de hidroginástica como reabilitação do membro afectado.-----

----- Face à situação invocada, a Câmara deliberou autorizar a utilização gratuita das piscinas.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que na Rua Mouzinho de Albuquerque existe uma questão social que necessita de ajuda. Trata-se de uma senhora, que tem uma criança com quatro anos e um filho seropositivo. Não têm casa de banho e vivem no quintal de uma habitação.-----

-----A Senhora Vereadora Joana referiu que essa situação iria ser vista e avaliada pelo Gabinete Social, não sabendo se já era alguma família sinalizada por nós.-----

-----PERMUTA DE TERRENOS - O Senhor Presidente apresentou o levantamento topográfico para troca de uma parcela de terreno com o Senhor Guilherme Pena com a área de setenta e sete ponto trinta metros quadrados com uma da Câmara Municipal de setenta e três ponto oitenta metros quadrados, existindo uma diferença de três ponto cinquenta metros quadrados entre as duas parcelas.---

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou se o Senhor Presidente não fez a promessa à proprietária do terreno que fica encravado nesse campo, Dr<sup>a</sup> Luísa Alfaiate quando a levou a recuar a construção da sua moradia virada para a Rua Bernardo Gonçalves, pois ficaria com uma saída para as traseiras. -----

----- O Senhor Presidente respondeu: " Impossível que eu tivesse feito essa promessa à Dr<sup>a</sup> Luísa Alfaiate, visto que os terrenos na parte posterior do muro de vedação da Dr<sup>a</sup> Luísa Alfaiate, nem sequer aquela data, eram propriedade da Câmara, ou havia sequer qualquer contacto para que viesse a ser, e mais, a Dr<sup>a</sup> Luísa Alfaiate recuou a vivenda contra vontade para respeitar o alinhamento que foi definido para a Rua Bernardo Gonçalves. O murete fronteiro foi construído a título provisório e será demolido quando se verificarem construções limítrofes que venham a consolidar esse alinhamento".-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha pergunta a que preço vai ser pago cada metro quadrado do terreno, o Senhor Presidente

respondeu que o valor por metro quadrado será calculado com o mesmo critério do terreno anteriormente adquirido nas imediações.-----

----- Posta à votação, foi deliberado por maioria realizar a troca das parcelas de terreno, com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha, que referiu que não esteve presente na reunião onde foi deliberado a primeira permuta e desta forma não faz sentido pronunciar-se sobre algo que vem na sequência da anterior deliberação.-----

----- **CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO A PRAZO FIXO** - Foi presente a informação do Chefe de Repartição de Contabilidade, comunicando que as cláusulas do contrato de abertura de crédito a prazo fixo a celebrar com o Banco Espírito Santo devem ser aprovadas em reunião do executivo. O clausulado é o que a seguir se transcreve: "**Contrato de Abertura de Crédito a Prazo Fixo**-----

-----Entre-----  
-----**Banco Espírito Santo, S.A.**, sociedade aberta, adiante designado abreviadamente por BES ou Banco, pessoa colectiva n.º 500 852 367, com sede na Avenida da Liberdade, número cento e noventa e cinco, com o capital social de Euros 2.500.000.000,00, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número mil seiscientos e sete, neste acto representado por **Pedro José Espírito Santo Cunha e Fernando Gomes Graça**, com poderes para este acto,-----

-----e-----  
-----**CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM**, adiante designado abreviadamente por Município, pessoa colectiva n.º 501 273 433, com sede na Rua Cinco de Outubro, dois mil e oitenta-zero cinquenta e dois Almeirim, concelho de Almeirim, aqui representado por **JOSÉ JOAQUIM GAMEIRO DE SOUSA GOMES**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal com poderes para este acto,-----

-----é, livremente e de boa fé, celebrado o presente **contrato de**

**abertura de crédito a Prazo Fixo**, que se rege pelos termos constantes das cláusulas seguintes:-----

-----**Cláusula primeira.**-----

-----**(Modalidade, Montante e Finalidade)**-----

-----Um- O BES concede um financiamento ao Município, que o aceita, até ao montante máximo de quinhentos mil euros sob a forma de abertura de crédito a prazo fixo, conforme o disposto na cláusula com a epígrafe "Utilização/Funcionamento";-----

-----Dois- O financiamento referido no número anterior destina-se a ser utilizado pelo Município para os seguintes investimentos:-----

-----a) Reabilitação e Reforço do Sistema de Saneamento do Concelho = duzentos e onze mil quinhentos e quatro euros.-----

-----b) Aquisição de terrenos na Rua Bernardo Gonçalves = cento e trinta e sete mil cento e setenta euros euros.-----

-----c) Arruamentos na Freguesia Fazendas de Almeirim = cento e cinquenta e um mil trezentos e vinte e seis euros.-----

-----**Cláusula 2ª. (Prazo de Vigência)**-----

-----O presente contrato é celebrado pelo prazo global de vinte anos, com início a partir da data da sua eficácia, em conformidade com o disposto na cláusula com a epígrafe "Formalidades".-----

-----**Cláusula 3ª. (Utilização/Funcionamento)**-----

-----Um- A abertura de crédito far-se-á a partir do início de vigência do presente contrato conforme disposto na cláusula com a epígrafe "Prazo de Vigência", pela disponibilização de crédito, até ao montante estabelecido no número um da cláusula com a epígrafe "Modalidade, Montante e Finalidade", na conta depósito à ordem n.º 3070 1252 0000, aberta, junto do BES, em nome do Município, de ora em diante designada por Conta D/O.-----

-----Dois- A disponibilização referida no número anterior é efectuada mediante solicitação do Município e autorização do BES e deverá ser efectuada num prazo até trinta e seis meses após a data de perfeição do contrato;-----



-----Três- A movimentação a débito apenas poderá ser efectuada por transferências, ordenadas por escrito pelo Município para a Conta D.O., e desde que, por força dessa movimentação não se ultrapasse o limite máximo previsto no número um da cláusula com a epígrafe "Modalidade, Montante e Finalidade". A movimentação a crédito será efectuada de acordo com o disposto na cláusula com a epígrafe "Reembolso de Capital".-----

-----**Cláusula 4ª. (Juros)**-----

-----Um- O saldo em dívida vence juros, a favor do BES, dia a dia, a uma taxa correspondente à Euribor a seis meses acrescida de zero virgula trinta e cinco pontos percentuais. Para efeitos do presente contrato entende-se por EURIBOR a taxa resultante do cálculo da média das taxas de depósitos interbancários para o prazo indicado denominados em EUROS, oferecidas na zona da União Económica e Monetária entre Bancos de primeira linha, cotada para depósitos iniciados no "segundo dia útil" TARGET (valor spot), na base ACT/trezentos e sessenta e divulgada cerca das onze horas de Bruxelas. A taxa de juro é fixada no primeiro dia de cada período de contagem contando-se o primeiro período a partir da data referida na Cláusula com a epígrafe "Prazo de Vigência";-----

-----Dois- Por saldo em dívida entende-se a diferença entre o montante do financiamento já movimentado nos termos do número dois da cláusula com a epígrafe "Utilização/Funcionamento" e o montante reembolsado;-----

-----Três- Os juros serão liquidados em cada período de seis meses e postecipadamente pelo Município, no final de cada período de contagem, contando-se o primeiro a partir da data referida na cláusula com a epígrafe "Prazo de Vigência", através da sua conta de depósitos à ordem;-----

-----Quatro- A taxa de juro anual nominal para o primeiro período de contagem de juros será de 4,70600% correspondente a uma taxa anual efectiva (TAE) de 4,76136%, calculada nos termos do Decreto-Lei número duzentos e vinte de dois mil e quatro, de vinte e três de Agosto. Para os restantes períodos será

determinada com base na fórmula constante do anexo II àquele diploma legal;-----

-----Cinco- Em caso de atraso no pagamento de qualquer importância devida pelo Município em virtude do presente contrato, a taxa de juro referida no número um é acrescida da sobretaxa permitida nos termos da lei;-----

**Cláusula 5ª. (Reembolso de Capital)**-----

-----Um- O montante do saldo em dívida apurado no termo do período a que se refere o número dois da cláusula com epígrafe "Utilização/Funcionamento", será reembolsado ao BES pelo Município em trinta e quatro prestações semestrais fixas de capital vencendo-se a primeira quarenta e dois meses após a data de eficácia do contrato;-----

-----Dois- O Município pode antecipar o reembolso do saldo em dívida parcial ou totalmente mediante pré-aviso de quinze dias sem qualquer penalização;-----

-----Três- O Município autoriza o BES a, na data referida no número anterior, e sem notificação prévia, a debitar a Conta D.O., que se obriga a ter provisionada para o efeito;-----

-----Quatro- Caso nas datas referidas no número anterior a Conta D.O. apresente saldo em dívida, o BES fica desde já autorizado pelo Município a, sem notificação prévia, e até ao montante desse saldo em dívida, debitar qualquer outra conta de que o Município seja titular ou cotitular junto do BES, e que possa, por si só, validamente movimentar.-----

**-----Cláusula 6ª.-(Encargos e Comissões)**-----

-----Um- Sobre este financiamento não será cobrada qualquer comissão.-----

**-----Cláusula 7ª.- (Outras Obrigações)**-----

CONSIGNAÇÃO DE RECEITAS PREVISTAS NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS----

-----Um- Para garantia do capital, juros e demais encargos do empréstimo, o Município, em conformidade com o estipulado na Lei número dois de dois mil e sete de quinze de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e demais alterações efectuadas posteriormente, consigna ao BES as receitas que lhe cabem no âmbito da referida

Lei, designadamente as correspondentes às dotações a receber do Estado como Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.--

-----Dois- O BES fica autorizado a receber as verbas consignadas, directamente do Estado, até ao limite das importâncias vencidas e não pagas.-----

-----Cláusula 8ª.- (Compromissos)-----

-----O Município:-----

-----Um- Compromete-se a comunicar de imediato quaisquer situações ou eventos que possam previsivelmente conduzir ao incumprimento das suas obrigações nos termos do presente Contrato;-----

-----Dois- Compromete-se a fornecer ao BES cópias dos relatórios anuais e de todos os documentos de prestação de contas do exercício e respectivos anexos;-----

-----Três- Garante, a qualquer momento, que as responsabilidades actuais e contingentes, assumidas no presente Contrato, constituem obrigações directas e incondicionais, concorrendo, pelo menos em igualdade, com todas as outras responsabilidades presentes ou futuras, actuais e contingentes não garantidas;----

-----Cláusula 9ª - (Incumprimento e Vencimento Antecipado)-----

-----Um- Ao BES é reconhecido o direito de, independentemente de interpelação, considerar vencidas todas as obrigações decorrentes deste Contrato para o Município, com a consequente exigibilidade antecipada do pagamento do montante global da dívida, incluindo juros remuneratórios e de mora e demais encargos devidos, sem prejuízo da efectivação de outras responsabilidades a que haja lugar, sempre que se verifique uma das seguintes circunstâncias:-----

-----Se o Município não cumprir integral e pontualmente quaisquer obrigações assumidas neste Contrato, decorridos que sejam quinze dias contados da interpelação a ele efectuada pelo BES para pôr termo ao incumprimento sem que a situação seja regularizada, designadamente, não seja efectuado o pagamento pontual de qualquer prestação de capital, juros remuneratórios e/ou moratórios e/ou comissões ou outros encargos;-----

-----No caso de inexactidão intencional ou omissão de dados nas contas ou outras informações prestadas nos termos deste Contrato;-----

-----Dois- O não exercício imediato de qualquer direito do BES, designadamente no que se refere ao vencimento antecipado, uma vez verificado o evento susceptível do accionamento, não obsta nem preclui, o seu ulterior exercício por parte daquele.-----

-----**Cláusula 10ª.- (Disposições Diversas)**-----

-----Um- Qualquer alteração ao presente contrato terá que ser acordado, por escrito, entre os Contraentes;-----

-----Dois- O Município desde já autoriza o BES a ceder os créditos e/ou posição contratual no presente Contrato;-----

-----Três- Os títulos das cláusulas do presente contrato têm carácter meramente indicativo, não constituindo parte do respectivo clausulado nem devendo ser levados em consideração para efeitos de interpretação ou integração do Contrato;-----

-----Quatro- A invalidade de alguma das cláusulas não importará a invalidade das restantes;-----

-----Cinco- Os Contraentes declaram ter preparado, redigido e celebrado este Contrato com total e recíproca boa fé, correspondendo as respectivas declarações negociais ao sentido pelos mesmos efectivamente pretendido;-----

-----Seis- Qualquer obrigação de pagamento ou reembolso, designadamente de juros ou capital, ao abrigo do presente Contrato, que se vença em dia não útil, deverá ser satisfeita no primeiro dia útil que se seguir;-----

-----Sete- Todo e qualquer pagamento parcial efectuado pelo Município e aceite pelo BES será imputado, sucessivamente, a encargos, despesas, comissões, indemnizações, juros de mora, juros remuneratórios e capital, vencidos e juros de mora vincendos;-----

-----Oito- O Município autoriza o BES a debitar quaisquer contas de depósitos à ordem de que seja titular, bem como proceder à compensação de dívidas do Município com quaisquer saldos

credores das mesmas, independentemente da verificação dos pressupostos da compensação legal.-----

**-----Cláusula 11ª.- (Domicilio electivo e notificações)-----**

-----Um- Os Contraentes acordam que, para efeitos de citação judicial, serão utilizados os domicílios indicados no número dois desta cláusula;-----

-----Dois- Acordam ainda que qualquer comunicação entre si ao abrigo do presente Contrato será efectuada mediante carta registada com aviso de recepção ou fax e dirigidas para:-----

-----Banco Espírito Santo - Departamento de Municípios e Institucionais Sul Bzero cinco nove três-----

-----Avenida da Liberdade, número cento me noventa e cinco-oitavo piso, mil duzentos e cinquenta-cento e quarenta e dois Lisboa.-----

-----Município de Almeirim-----

-----Rua Cinco de Outubro - dois mil e oitenta-zero cinquenta e dois Almeirim.-----

**-----Cláusula 12ª.- (Despesas de Contrato)-----**

-----São da conta do Município todas as despesas com o presente Contrato, nomeadamente as de natureza fiscal, incluindo as que por lei venham a ser criadas posteriormente à celebração do mesmo e o onerem por força da sua aplicação retroactiva, e bem assim, as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador, que o BES tenha de efectuar para assegurar ou obter o pagamento dos seus créditos.-

**-----Cláusula 13ª.- (Foro Competente)-----**

-----Para as questões emergentes deste Contrato, fica convencionado o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

**-----Cláusula 14ª.- (Formalidades)-----**

-----Um- A eficácia do presente Contrato fica condicionada ao envio ao BES dos seguintes documentos:-----

-----Certidão ou fotocópia autenticada da parte da acta da sessão em que a Assembleia Municipal autorizou a contratação do empréstimo, indicando, designadamente, o montante e a

finalidade;-----  
-----Do acordo do Município ao presente clausulado e decorre da devolução ao BES do duplicado anexo datado e assinado pelo Município.-----  
-----Prova de obtenção do visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto da Lei número noventa e oito de noventa e sete de vinte e seis de Agosto.-----  
-----dos os documentos emanados do Município devem ser assinados e autenticados com o respectivo selo branco;-----  
-----Dois- A data da eficácia do contrato, será a do arquivo no BES de todas as peças contratuais mencionadas no ponto um desta cláusula.-----  
-----**Local** - Departamento de Municípios e Institucionais Sul-----  
-----**Assinatura do Município, Assinatura do BES e data.**-----  
----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos verifica que este contrato tem uma carência de três anos, a seu ver viola o princípio estabelecido na alínea d) do artigo trinta e cinco da Lei número trinta e cinco barra dois mil e sete. -----  
----- Posto à votação foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, Senhor Vice Presidente, Vereador José Carlos Silva e Senhora Vereadora Joana Vidinha, dois votos contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção do Senhor Vereador Francisco Maurício.-----  
----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que a CDU vota contra e faz voto de vencido pelas razões já invocadas em anteriores reuniões de Câmara e ainda pelo facto deste Executivo assumir dividas que vão ser na íntegra pagas noutros mandatos, o que consideram no mínimo imoral. -----  
-----  
----- Para a deliberação que se segue ausentou-se da sala o Senhor Vice Presidente Pedro Ribeiro, por se encontrar legalmente impedido-----  
-----  
----- PROTOCOLO COM OS BVA - O Senhor Presidente apresentou o

protocolo a realizar com os Bombeiros Voluntários de Almeirim e o Município de Almeirim, que a seguir se transcreve na integra:-

**" PROTOCOLO-----**

**-----Entre:-----**

**-----PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE ALMEIRIM,** pessoa colectiva 501 273 433, com sede na Rua Cinco de Outubro, 2080-052 Almeirim, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, conforme Deliberação de Câmara de trinta e um de Março de dois mil e oito, a qual aprova o teor do presente protocolo.-----

**-----SEGUNDA: ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALMEIRIM,** pessoa colectiva de utilidade pública, com sede na Rua Condessa da Junqueira, s/n, 2080-069 Almeirim, com o número de contribuinte fiscal 501 208 704, representada pelo seu Presidente Firmino de Brito Esteves Apolónia, conforme Acta datada de treze de Dezembro de dois mil e seis.-----

**-----PREÂMBULO-----**

**-----Considerando** que existe um Pavilhão no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Almeirim;-----

**-----Considerando** que esse Pavilhão tem pouca utilização;-----

**-----Considerando** que tem vindo a aumentar a prática de actividade desportiva no concelho de Almeirim;-----

**-----Considerando** ainda, que esse aumento da actividade desportiva leva à necessidade de existência de mais espaços físicos.-----

**-----É** realizado e celebrado nesta data, entre o Município de Almeirim e a Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim, o presente Protocolo, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

**-----CLÁUSULA PRIMEIRA-----**

**----- (Objecto) -----**

**-----O** presente protocolo visa proporcionar à população do concelho de Almeirim, a utilização do Pavilhão Desportivo existente no Quartel da Associação de Bombeiros Voluntários de Almeirim.-----

**-----CLÁUSULA SEGUNDA-----**

-----**(Condições de cedência)**-----

-----Um- A Segunda Contratante obriga-se à cedência do referido Pavilhão ao Primeiro Contratante, para ser utilizado por parte da população do concelho de Almeirim.-----

-----Dois- Fora das horas de ocupação pela Segunda Contratante, o Pavilhão é gerido pelo Primeiro Contratante.-----

-----Três- Ficam fora do âmbito do presente Protocolo, as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros, devido a situações de emergência, devidamente comprovadas.-----

-----**CLÁUSULA TERCEIRA**-----

-----**(Obrigações do Município de Almeirim)**-----

-----Um- O Município de Almeirim compromete-se a proceder à limpeza e manutenção do referido Pavilhão.-----

-----Dois- O Município de Almeirim compromete-se a pagar mensalmente o valor de 400€ (quatrocentos euros)-----

-----**CLÁUSULA QUARTA**-----

-----**(Obrigações da Associação Bombeiros Voluntários Almeirim)**-----

-----A Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, compromete-se a:-----

-----a) Oficiar o Primeiro Contratante, até ao dia 15 de Setembro de cada ano, indicando o número de horas pretendido para as suas actividades semanais, num máximo de seis horas, de segunda-feira a sexta-feira.-----

-----b) A informar o Primeiro Contratante, até quarenta e oito horas antes, caso pretenda ocupar o Pavilhão fora das horas inicialmente indicadas, assim como a sua justificação.-----

-----c) A cumprir as regras de utilização impostas pelo primeiro outorgante, nomeadamente no que diz respeito ao uso de equipamentos individuais.-----

-----**CLÁUSULA QUINTA**-----

-----**(Denúncia)**-----

-----As partes acordam que o presente protocolo não poderá ser denunciado, antes do dia trinta de Junho de dois mil e doze.-----

-----**CLÁUSULA SEXTA**-----

-----**(Revisão)**-----



-----O presente protocolo poderá ser revisto em qualquer altura desde que para o efeito haja acordo das partes.-----

-----**CLÁUSULA SÉTIMA**-----

-----**(Caducidade, Renovação)**-----

-----O presente Protocolo terá a duração de quatro anos e terá validade até ao dia trinta de Junho de dois mil e doze, podendo ser renovado se nenhuma das partes o denunciar até trinta de Abril de dois mil e doze.-----

-----**CLÁUSULA OITAVA**-----

-----**(Entrada em vigor)**-----

-----O presente protocolo entra em vigor a um de Julho de dois mil oito.-----

----Feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada um dos contratantes.-----

-----Almeirim, oito de Abril de dois mil e oito.-----

-----O Município de Almeirim.-----

-----A Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim.”-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos está de acordo e refere que existe uma incongruência no clausulado, nomeadamente na cláusula terceira e propõe a sua correcção.-----

-----O Senhor Presidente pergunta se podemos assinar um protocolo que vai para além do mandato deste Executivo.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício referiu que é clara a vontade política de todos em subscrever este protocolo e gostaria mesmo que esta proposta de protocolo chegasse aqui depois de passar pelo gabinete Jurídico desta Autarquia de modo a que não se levantem questões de natureza jurídica. -----

-----Posto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade. É de referir que o protocolo acima transcrito já se encontra com as correcções propostas na reunião.-----

-----Retomou o seu lugar o Senhor Vice-Presidente.-----

-----PROTOCOLO COM A ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO - Foi presente o Protocolo da Escola Superior de Gestão de Santarém, Estrutura de

Acolhimento do Centro de Informação Europe Direct de Santarém, que tem por responsabilidade assegurar o cumprimento dos objectivos do Centro que são designadamente: Intermediar, ao nível local e regional, a relação entre os cidadãos e entidades representativas da sociedade civil do Distrito, com a União Europeia; Fomentar a aproximação, às questões europeia, dos cidadãos e da sociedade civil do Distrito de Santarém, promovendo a comunicação e o envolvimento nas políticas, nos programas e nas actividades da União Europeia. Na prossecução dos seus objectivos o Centro definiu como estratégia de actuação a constituição e dinamização de uma rede de parceiros locais e regionais, representativos dos cidadãos e da sociedade civil do distrito de Santarém, visando interacção com os públicos das respectivas áreas de actuação ou de influência.-----

-----Posto à votação, foi o protocolo de colaboração aprovado por maioria com a abstenção da Senhora Vereadora Manuela Cunha que referiu: "Abstenho-me por considerar que este Centro já demonstrou não ter uma posição isenta nas questões que apresenta em relação à Europa."-----

-----REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA  
- Foi presente para aprovação o Regulamento acima referido e que a seguir se transcreve:-----

-----" REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA CAPITULO UM, PRINCÍPIOS GERAIS.-----

----- **Artigo Primeiro Âmbito de aplicação.**-----

-----Um - O presente regulamento será aplicado a todas as áreas ou eixos viários, seguidamente denominados "zonas", para as quais, seja aprovado pela Câmara Municipal de Almeirim instituir o regime de estacionamento de duração limitada, nos termos do Artigo setenta do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto Lei número dois barra noventa e oito de três de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei.número oitenta e um barra dois mil e seis, de vinte de Abril.-----

-----Dois - A delimitação dessas zonas consta da planta anexa a

este regulamento.-----  
-----Três - Mediante acordo entre as partes, poderá o âmbito territorial do presente regulamento ser objecto de alterações que venham a ser consideradas convenientes, com aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----**Artigo Secundo**-----

-----**Duração do estacionamento**-----

-----Um - O estacionamento nas zonas referidas no artigo anterior ficará sujeito a um período de tempo máximo de permanência compreendido entra uma e quatro horas estabelecidos nos regulamentos específicos das zonas, anexos ao presente regulamentos geral.-----

-----Dois - Tendo em conta situações locais das zonas de estacionamento de duração limitada os limites máximos referidos no número um poderão ser alargados ou diminuídos por decisão da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----**Artigo Terceiro**-----

-----**Bolsas de estacionamento**-----

-----Um - Poderão ser estabelecidas dentro de cada uma das zonas referidas no artigo primeiro bolsas ou áreas de estacionamento com características de exploração diferenciadas.-----

-----Dois - Os limites máximos de permanência, em cada bolsa ou área, serão fixados de acordo com os objectivos específicos a prosseguir:-----

-----a) Áreas de estacionamento de alta rotação com limites de tempo máximo que se julgue conveniente e com tarifação específica estabelecida nos regulamentos exclusivos das zonas.--

-----b) Áreas de estacionamento de longa duração com limites de tempo máximo que se julgue conveniente e com tarifação específica estabelecida nos regulamentos exclusivos das zonas.--

-----Três - São considerados objectivos específicos de cada bolsa ou área, os que, como tais, forem aprovados pela Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----**Artigo Quarto**-----

-----**Classe de veículos**-----

-----Podem estacionar nas zonas de estacionamento de duração limitada:-----

-----a)Os veículos automóveis ligeiros, com excepção das autocaravanas;-----

-----b)Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes, nas áreas que lhe sejam reservadas.-----

-----**Artigo Quinto**-----

-----**Taxa**-----

-----Um - Dentro dos limites horários a estabelecer para cada zona, o estacionamento ficará sujeito ao pagamento de uma taxa de acordo com a tabela de taxas a aprovar no regulamento específico da zona, que dependerá dos locais e dos tempos de estacionamento permitidos.-----

-----Dois - As tabelas de taxas serão aprovadas pela Câmara Municipal de Almeirim e pela Assembleia Municipal nos termos legais.-----

-----**Artigo Sexto**-----

-----**Operações de cargas e descargas**-----

-----Poderão ser estabelecidas nas zonas de estacionamento de duração limitada, áreas reservadas às operações de cargas e descargas.-----

-----Estas áreas estão subordinadas às limitações horárias constantes na sinalização existente no local.-----

-----**Artigo Sétimo**-----

-----**Ocupação exclusiva**-----

-----Poderá ser estabelecido o regime de ocupação exclusiva de lugares de estacionamento que está sujeito a tarifa única prevista nos regulamentos específicos das zonas. Estes lugares não podem exceder, em cada zona, quinze por cento dos lugares em regime de tarifa normal.-----

-----**CAPÍTULO DOIS**-----

-----**ISENÇÕES**-----

-----**Artigo Oitavo**-----

-----**Isenção do pagamento de taxa**-----

-----Um - Estão Isentos do pagamento da taxa referida no artigo quinto, os seguintes veículos:-----

-----a)Os veículos em missão urgente de socorro ou de Polícia, quando em serviço;-----

-----b)Os veículos pertencentes a entidades que disponham de parques privativos devidamente identificados;-----

-----c)Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes nas áreas que lhe sejam reservadas;-----

-----d)Os veículos de deficientes motores quando devidamente identificados nos termos da Portaria número oitocentos e setenta e oito barra oitenta e um de um de Outubro;-----

-----e)Os veículos em operações de carga e descarga, dentro do limite estabelecido e em área reservada para esse fim.-----

-----f)Fora dos limites estabelecidos, o estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada é gratuito e não está condicionado a qualquer limitação de permanência.-----

-----**Artigo Nono**-----

-----**Isenção da duração limitada de estacionamento**-----

-----Não serão abrangidos por qualquer limitação quanto à duração do estacionamento:-----

-----.- Os veículos pertencentes a entidades que disponham de parques privativos devidamente identificados.-----

-----**CAPÍTULO TERCEIRO**-----

-----**TÍTULO**-----

-----**Secção Primeira**-----

-----**Do título de Estacionamento**-----

-----**Artigo Décimo**-----

-----**Aquisição e duração**-----

-----Para estacionar no interior das zonas definidas no artigo primeiro, deverão cumprir-se as seguintes formalidade:-----

-----a)- Adquirir o título de estacionamento nos equipamentos destinados a esse efeito, com excepção dos casos previstos no artigo sétimo;-----

-----b)Colocar na parte interior do pára-brisas o título de estacionamento, onde, conste o seu período de validade, de forma

visível.-----

-----c)Findo o período de tempo para o qual é válido o título de estacionamento exibido no veículo, o utente deverá abandonar o lugar ocupado;-----

-----d)Quando o equipamento mais próximo estiver avariado, o utente deverá adquirir o seu título de estacionamento noutra máquina instalada na zona.-----

-----**CAPÍTULO QUARTO**-----

-----**SINALIZAÇÃO**-----

-----**Artigo décimo primeiro**-----

-----**Sinalização da zona**-----

-----Sem prejuízo do disposto nos artigos trinta e dois e trinta e três do Decreto Regulamentar vinte e dois A barra noventa e oito de um de Outubro, as entradas ou saídas das zonas de estacionamento de duração limitada serão devidamente sinalizadas, com os sinais de trânsito G1 ou G6, previstos no Artigo trinta e dois, complementados, quando necessário, com os painéis adicionais dos modelos dezanove e dezanove b, do Artigo trinta e três.-----

-----**Artigo Décimo Segundo**-----

-----**Sinalização do interior das zonas**-----

-----As áreas que, no interior das zonas, se destinem ao estacionamento serão demarcadas:-----

-----Um - Com sinalização horizontal, nos termos do Artigo sessenta e dois do Regulamento do Código da Estrada.-----

-----Dois - Com sinalização vertical, nos termos previstos nos Artigos trinta e dois e trinta e três do Regulamento do Código da Estrada.-----

-----Três - As faixas da via que se destinem às operações de cargas e descargas serão sinalizadas nos termos do número três de Artigo sessenta e dois do Regulamento do Código da Estrada, acompanhado das limitações de tempo máximo permitido.-----

-----**CAPÍTULO QUINTO**-----

-----**FISCALIZAÇÃO**-----

-----**Artigo Décimo Terceiro**-----

----- **-Agentes de Fiscalização-**-----

-----A fiscalização do cumprimento das disposições do presente regulamento será exercida por agentes da Guarda Nacional Republicana, nos termos previstos na alínea d) do Artigo dois do Decreto Lei número cento e noventa barra noventa e quatro de dezoito de Julho.-----

-----**-Artigo Décimo Quarto-**-----

-----**-Atribuições-**-----

-----Compete aos agentes da G.N.R., dentro das zonas de estacionamento de duração limitada:-----

-----Um - Esclarecer os utentes sobre as normas estabelecidas no presente regulamento, bem como, acerca do funcionamento dos equipamentos instalados;-----

-----Dois - Promover o correcto estacionamento;-----

-----Três - Zelar pelo cumprimento dos regulamentos específicos em vigor em cada zona;-----

-----Quatro - Desencadear as acções necessárias à eventual remoção dos veículos em transgressão.-----

-----**-CAPÍTULO SEXTO-**-----

-----**-INFRACÇÕES-**-----

-----**-Artigo Décimo Quinto-**-----

-----**-Estacionamento proibido-**-----

-----Um - É proibido o estacionamento:-----

-----a) De veículos de classe ou tipo diferente daquele para o qual o espaço tenha sido exclusivamente afectado;-----

-----b) Por tempo superior ao permitido no regulamento específico da zona;-----

-----c) Do veículo que não exhibir o título comprovativo do pagamento da taxa;-----

-----d) De veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza;-----

-----e) O disposto nos artigos quarenta e nove e cinquenta do Código da Estrada.-----

----- Dois - É proibido prolongar a permanência do veículo para além da inicialmente definida e paga pelo seu utilizador, mesmo

com pagamento adicional.-----  
-----Três - O estacionamento dos veículos nas zonas abrangidas pelo presente regulamento deve ser efectuado por forma a respeitar as marcações a que se referem os números um e três do Artigo doze. É proibido e será considerado violação deste regulamento estacionar um veículo sobre uma daquelas linhas ou marcações ou estacionar o veículo de modo a que não completamente contido dentro do espaço que lhe é destinado.-----  
-----**Artigo Décimo Sexto**-----  
-----**Estacionamento abusivo**-----  
-----Considera-se estacionamento abusivo o disposto no Artigo cento e setenta do Código da Estrada.-----  
-----**Artigo Décimo Sétimo**-----  
-----**Actos ilícitos praticados sobre os equipamentos**-----  
-----É proibido destruir, danificar, desfigurar ou tornar não utilizáveis os equipamentos instalados.-----  
-----**CAPÍTULO SETIMO**-----  
-----**SANÇÕES**-----  
-----**Artigo Décimo Oitavo**-----  
-----**Regime aplicável**-----  
-----Sem prejuízo da responsabilidade civil e, ou, penal que ao caso couber, as infracções ao disposto no presente regulamento são sancionadas nos termos do presente capítulo.-----  
-----**Artigo Décimo Nono**-----  
-----**Processo penal**-----  
-----Quem infringir o disposto no artigo dezassete, sujeitar-se à às sanções previstas no Código Penal, designadamente, as consagradas no Artigo duzentos e treze.-----  
-----**CAPÍTULO OITAVO**-----  
-----**DISPOSIÇÕES FINAIS**-----  
-----**Artigo Vinte**-----  
-----**Regulamentos específicos**-----  
-----Serão criados regulamentos específicos para cada zona, a aprovar pela Câmara Municipal de Almeirim e Assembleia Municipal de Almeirim.-----



-----Artigo Vinte e Um-----  
-----Competências-----  
-----**Compete à Câmara Municipal de Almeirim, através da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, executar e fiscalizar o cumprimento do presente regulamento.**-----  
-----Artigo Vinte e Dois-----  
-----Entrada em vigor-----  
-----**O presente regulamento entrará em vigor, imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Municipal de Almeirim.**-----  
-----REGULAMENTO ESPECÍFICO DAS ZONAS-----  
-----DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA-----  
-----Artigo Primeiro-----  
----- **Zonas** -----  
-----São criadas as seguintes zonas de estacionamento de duração limitada:-----  
-----Zona A - Parque Lourenço de Carvalho (Topos e Lateral Norte)-----  
-----Zona B - Rua 5 de Outubro (Junto à Câmara)-----  
-----Zona C - Rua 5 de Outubro (Junto aos Correios)-----  
-----Zona D - Rua Marechal Gomes da Costa-----  
-----Zona E - Praça da Republica (cont. da rua Almirante Reis)-----  
-----Zona F - Praça da Republica (cont. da rua do Paço)-----  
-----Zona G - Rua Febo Moniz (junto ao mercado)-----  
-----Zona H - Rua de Coruche (frente aos n°s onze B, treze, treze A e treze B).-----  
-----**Artigo Segundo**-----  
-----**Horário de pagamento**-----  
-----O horário de pagamento nas zonas referidas no artigo primeiro é o seguinte:-----  
-----**Todas as Zonas excepto Zona G:**-----  
-----Dias Úteis das oito horas e trinta minutos às dezanove horas.-----  
-----Sábados das oito horas e trinta minutos às treze horas.-----

-----**Zona G**-----

-----Dias Úteis das oito horas e trinta minutos às treze horas.-

-----Sábados das oito horas e trinta minutos às treze horas.----

-----**Artigo Terceiro**-----

-----**Períodos**-----

-----Para todas as Zonas, o período de tempo mínimo é estipulado pelo valor mínimo a pagar e o período máximo é de quatro horas.-

-----**Artigo Quarto**-----

-----**Taxa**-----

-----A taxa horária de pagamento para qualquer das zonas mencionadas no artigo primeiro é a seguinte:-----

-----Primeira hora - quarenta cêntimos-----

-----Segunda hora - sessenta cêntimos-----

-----Terceira hora - oitenta cêntimos-----

-----Quarta hora- - um euro-----

-----Podendo ser cada hora utilizada parcialmente, sendo o valor mínimo de dez cêntimos, correspondendo a quinze minutos.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha referiu que o objectivo dos lugares pagos é de não deixar permanecer por tempo indeterminado os veículos, podendo os espaços de estacionamento dar apoio aos serviços e pergunta se é a Guarda Nacional Republicana que vai fiscalizar, e se essa fiscalização é paga.--

-----O Senhor Vice-Presidente respondeu que é a GNR que vai fiscalizar e que a Autoridade policial não pode receber por esse serviço.-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que é contra o Projecto de Regulamento apresentado e entende que não se justifica na Cidade de Almeirim a introdução de parquímetros.-----

-----Posto a aprovação o Regulamento acima indicado, foi o mesmo aprovado por maioria com o voto contra do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Senhora Vereadora Manuela Cunha afirmou." Voto favoravelmente porque considero as zonas de serviços e comércio

desta cidade e vista a dimensão da cidade não é fácil encontrar estacionamento numa zona central, pelo que o pagamento de uma taxa limita o estacionamento de longa duração e desta forma ficam mais disponíveis lugares para pessoas que procurem serviços de atendimento rápido.-----

-----CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECA EM FAZENDAS DE ALMEIRIM - Sob proposta do Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos foi apresentada a proposta que a seguir se transcreve: ": Projecção e Construção da Biblioteca Municipal na Vila das Fazendas de Almeirim - Requalificação Urbana - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Proposta número um/CM/PSD/zero oito. **Pedro Pisco dos Santos**, Vereador do PPD/ PSD - Partido Social Democrata, vem, ao abrigo do disposto no número um do artigo dezoito do Código do Procedimento Administrativo e artigo oitenta e sete, número, alínea a) da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção conferida pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, apresentar a V. Exa. a **PROPOSTA DE PROJECCÃO E CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL NAS FAZENDAS DE ALMEIRIM NO ÂMBITO DO QREN**, nos seguintes termos:-----

-----As linhas orientadoras do programa autárquico do PSD/ Almeirim definiram como prioridade na Freguesia de Fazendas de Almeirim, a construção de uma biblioteca municipal dado o índice populacional existente naquela Freguesia.-----

-----A construção da Biblioteca Municipal vai encontro das necessidades sociais, educativas e culturais dos munícipes das Fazendas de Almeirim, sendo este equipamento um factor de apoio ao desenvolvimento das populações, não só junto das faixas etárias mais jovens, mas também como factor de coesão social junto da população mais idosa.-----

-----O PSD/ Almeirim entende que um dos factores para o

desenvolvimento económico e social de uma população é a construção de equipamentos que promovam a qualidade de vida dos munícipes e que contribuam para o desenvolvimento educacional.--

-----  
-----Na medida em que o QREN prevê o co-financiamento da requalificação urbana, o PSD/ Almeirim entende que a Câmara Municipal de Almeirim deverá tomar as medidas necessárias à construção de uma Biblioteca Municipal na Freguesia das Fazendas de Almeirim.-----

-----Assim, ao abrigo do disposto no artigo oitenta e sete, número um, alínea a) da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a redacção conferida pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro, submeto à consideração de V. Exas. que a Câmara Municipal de Almeirim estude a viabilidade de apresentação de uma candidatura para integração de Biblioteca em equipamento que seja possível construir em Fazendas de Almeirim.”-----

-----O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que as Fazendas de Almeirim merece ter uma biblioteca, não só como valência para a escola mas também para dar chegar junto da população mais idosas e que simultaneamente seiva de parceria com Universidade Sénior de Almeirim, Associação Família de Fazendas de Almeirim, entre outros, e que contribua para o combate ao analfabetismo dos mais idosos, dado que os indicadores demonstram de treze por cento desta população é analfabeta, sendo este valor preocupante. -----

-----O Senhor Presidente refere que neste momento existe uma grande indefinição no âmbito do QREN e que a biblioteca deve ser integrada noutro equipamento, como por exemplo na Casa da Cultura, Centro Escolar, Edifício Polivalente, Auditório. Existe uma série de necessidades na freguesia de Fazendas de Almeirim onde se poderia incluir esse equipamento. -----

-----Posta à votação a proposta acima transcrita foi a mesma aprovada por unanimidade. -----  
-----

-----DESENHO URBANO - O Senhor Presidente apresentou a informação técnica do Senhor Arquitecto António Forte, referente ao processo número nove de dois mil e sete, requerida por José Manuel Figueiredo Nunes dos Santos, para a obra localizada na Rua Lúvia Sobral e Rua Nova de Lisboa em Fazendas de Almeirim. A informação é do seguinte teor: " Em face dos anterior pareceres técnico e jurídicos, e respectivos despachos de quatro de Dezembro de dois mil e sete e vinte e dois de Fevereiro de dois mil e oito, o presente projecto de loteamento encontra reunidas as condições para ser deferida a fase desenho urbano. Deverá o requerente apresentar os respectivos projecto de infra-estruturas de arranjos exteriores e drenagem de águas pluviais para a parte de terreno correspondente à cedência de zonas verdes.-----

----- No que respeita ao cálculo da compensação, tendo em conta os despachos do Senhor Presidente acima referidos, o parecer jurídico de vinte e um de Fevereiro de dois mil e oito e o parecer técnico de quatro de Dezembro de dois mil e sete, terá por base um défice de área de equipamentos de cento e cinquenta e cinco metros quadrados."-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que vendo a zona de vista aérea é uma zona de potencial construção no futuro e pergunta qual o planeamento para a construção de equipamentos. -----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha disse que a informação técnica refere dois despachos do Senhor Presidente que não estão aqui anexados, e não lhes é dado pelo técnico da Câmara a área de cedência de espaços verdes e gostaria de ter toda essa informação em seu poder. Para tal solicita o adiamento desta matéria porque não lhe é fornecido o conjunto de informação necessária para analisar esta matéria.-----

----- Posta à votação a aprovação do desenho urbano e compensação do loteamento acima indicado foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Manuela Cunha: "Voto contra e faço voto de vencido, pelas seguintes

razões: primeira - porque mais uma vez a proposta não veio bem formulada, e a informação técnica que nos foi dada da responsabilidade do Arquitecto Forte, refere dois despachos do Presidente referentes a pareceres técnico/jurídicos e despachos cujo acesso não nos foi dado a conhecer. Nesta reunião tendo pedido o adiamento da mesma para poder consultar o processo, este não foi concedido. Considero que não tenho todos os dados que julgo importantes para avaliação do projecto. Por outro lado tenho uma posição de princípio, e a CDU em relação às compensações, visto considerar importante para o Município ficar com espaços públicos. Acrescenta ainda que a Ordem dos Arquitectos tem constantemente chamado a atenção para o facto que a aprovação de sucessivos loteamentos em substituição da elaboração do Plano de Pormenor é um erro crasso que compromete o futuro dos espaços urbanos e aliena a possibilidade de planeamento e ordenamento urbano harmonioso que atendo as necessidades do futuro e da vida comunitária".-----

----- O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu: " Voto favoravelmente este projecto de loteamento, face aos esclarecimentos que me foram prestados na presente reunião de Câmara. Por princípio, o PSD considera que as operações de loteamento devem ceder espaços para construção de equipamentos sociais e espaços verdes. No presente caso verifico que o projecto cedeu espaços para domínio público. Dado que o défice em causa é uma área reduzida não levanto qualquer impedimento a esta operação de loteamento. Faço votos que todas as operações de loteamento cedam espaços para que no futuro existam espaços verdes e estacionamento adequado para o Município."-----

----- O Senhor Presidente esclareceu:" Este assunto foi posto à votação depois de auscultados todos os Senhores Vereadores sobre se estavam esclarecidos sobre a matéria em apreciação, desenho urbano e défice de cedência para equipamento. Apenas a Senhora Vereadora Manuela Cunha revelou não estar esclarecida. Considera-se que o desenho urbano contemplava recuos que definem uma adequada amplitude para aquele arruamento. Por outro lado,

cento e cinquenta e cinco metros quadrados não é área suficiente para se considerar como necessária para um equipamento com dimensão razoável.-----

-----  
----- PROJECTO DE INSTALAÇÃO DE GÁS - Foi apresentado para apreciação o projecto de instalação de gás tendo em conta a nova legislação. O Senhor Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se a lei se aplica a todo o território nacional e se, do ponto de vista legal estão autorizados a isentar a dispensa do projecto de instalação de gás.-----

-----O Executivo deliberou retirar o ponto da Ordem de Trabalhos a fim de recolher parecer do consultor jurídico sobre esta matéria.-----

----- A Senhora Vereadora Manuela Cunha perguntou em que ponto se encontra a rede de gás no concelho de Almeirim.-----

----- O Senhor Presidente disse que vai ser consultada a Tagusgás para fornecer essa informação.-----

-----Às dezassete horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, \_\_\_\_\_, Assistente Administrativo da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que mandei lavrar e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara,

A Assistente Administrativa